

FALAR RURAL E DESVIOS DA NORMA NO TEXTO ESCRITO: POSSÍVEIS RELAÇÕES

Joyce Elaine de Almeida Baronas¹

RESUMO: Este artigo pretende estudar a influência da oralidade no texto escrito e apresentar um paralelo entre os desvios da norma mais comuns e as marcas do falar rural. Para tanto, num primeiro momento, serão expostos alguns pressupostos teóricos sobre os desvios da norma padrão e posteriormente serão analisados dois *corpora*, um deles constituído de textos produzidos por alunos da 4^a série do ensino fundamental de uma escola pública da cidade de Cambé-PR e outro de entrevistas com falantes rurais do distrito de Paiquerê, no município de Londrina, a fim de compará-los e identificar uma provável relação entre eles. A partir da análise dos dados, constatou-se a relação entre os *corpora* em estudo, pois verificou-se que muitas características do falar rural já são presentes na fala coloquial de uma grande parcela da população e não são, necessariamente, restritas a falantes da zona rural. Além disso, constatou-se que tais traços se estendem à modalidade escrita, comprovando a influência da oralidade na escrita.

PALAVRAS-CHAVE: oralidade, escrita, ensino de língua portuguesa

RURAL DIALECT AND DEVIATIONS FROM STANDARD BRAZILIAN PORTUGUESE IN THE WRITTEN TEXT: POSSIBLE RELATIONS

ABSTRACT: This article aims to study the influence of orality in the written text and to make a parallel between the most common deviations from standard Portuguese and the marks of rural dialect. Thus, at first, some theoretical assumptions about deviations from standard Portuguese will be shown and then two *corpora*, one consisting of written texts produced by 4th grade students of a public school in the town of Cambé, Paraná and the other one of interviews with rural speakers, will be analyzed to compare them

1 Docente do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina.

and identify a probable relation between them. The data analysis showed the relation between the *corpora* under study as it was observed that many characteristics of the rural dialect are already present in the colloquial language of a large portion of the population and that they are not necessarily restricted to the speakers of the rural area. Besides this, it was shown that such features also extend to the written modality proving the influence of orality in the written text.

KEYWORDS: orality, writing, teaching of Brazilian Portuguese

Introdução

Este estudo pretende estudar os desvios da norma padrão em textos escritos e compará-los com fenômenos comuns no falar rural, a fim de melhor compreender esses desvios e fornecer subsídios ao professor de língua portuguesa no tratamento de tais ocorrências linguísticas. Para isso, na parte teórica, serão apresentadas algumas questões relacionadas à variação linguística, posteriormente serão apontados estudos sobre o falar rural e, em seguida, serão comentados estudos a respeito dos desvios da norma. Já na parte analítica, serão comparados textos de alunos de uma escola de Cambé-PR com dados do falar rural de Paiquerê-PR, a fim de identificar algumas semelhanças, buscando comprovar a influência da oralidade no texto escrito.

1. Pressupostos teóricos

1.1. Variação linguística

A linguagem é, por natureza, um objeto sujeito a alterações, por ser uma parte constitutiva do ser humano. Ora, se o homem está sempre evoluindo, mudando sua aparência, suas ideias, seus valores, é perfeitamente normal haver variações e mudanças linguísticas. Segundo Labov (1962), a variação linguística é natural, é essencial à linguagem humana. Dessa forma, o que exigiria explicação seria a ausência da variação na linguagem e não a sua presença.

Meillet já apontava, em 1906, o fato social como motivação fundamental para ocorrerem alterações linguísticas:

“Por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social” (MEILLET *apud* CALVET, 2002, p. 16).

Na mesma linha de pensamento, Coseriu (1980) afirma que a diversidade linguística pode ocorrer devido a vários fatores e propõe uma classificação para as diferentes formas de variação: *diacrônica*, *diatópica*, *diatrática* e *diafásica*. Segundo o autor, quando há alterações linguísticas resultantes da passagem do tempo, elas se denominam *diacrônicas*. Como exemplo para este tipo de variação, há o pronome *você*, enquanto resultado das mudanças na expressão *Vossa Mercê*.

As variações resultantes das características regionais, ou *diatópicas*, são representadas pelos distintos sotaques, evidenciados, por exemplo, pelas diferentes pronúncias do /r/ em regiões paulistas e nordestinas. Além dessas, as variações diatópicas também se evidenciam em outros níveis, como o lexical, por exemplo, com os variados nomes existentes para um mesmo objeto; ou o morfossintático, como a distribuição regional do emprego do pronome tu/você.

Há também as alterações na linguagem resultantes dos diferentes estratos sócio-culturais, denominadas *diatráticas* e que podem ser comprovadas com estudos comparativos entre falantes alfabetizados e analfabetos, por exemplo.

Finalmente existem as variações *diafásicas*, que, segundo o estudioso, são as distinções entre os diversos tipos de modalidade expressiva. Para o autor, “as variedades lingüísticas que caracterizam – no mesmo estrato social – os grupos ‘biológicos’(homens, mulheres, crianças, jovens) e os grupos profissionais podem ser consideradas como ‘diafásicas’.” (COSERIU, 1980, p. 110 e 111).

Tais apontamentos são de relevância para o presente estudo porque defende-se aqui a interferência da fala na escrita, e, como afirma Cagliari (1999, p.124), “a variação linguística, característica inerente a toda e qualquer língua do mundo, pode constituir um grande problema para quem está adquirindo o sistema da escrita.” Isto porque o aluno

pode transpor as variantes distantes da norma para o texto escrito. Em outro estudo, o autor ainda aponta que “o erro mais comum dos alunos é caracterizado por uma transcrição fonética da própria fala” (CAGLIARI, 1992, p.138).

1.2. Falar rural

O falar rural constitui rica fonte de estudo por conservar traços do português antigo. Trata-se de uma linguagem bastante conservadora pelo fato de concentrar-se em regiões distantes da urbanização onde impera a cultura escrita. Entre os trabalhos que abordam as variedades rurais, serão comentados os trabalhos de Amaral (1920), de Rodrigues (1974), de Veado (1982) e de Penha (1997).

Amadeu Amaral (1920) enfoca o falar característico de moradores de zona rural paulista, nomeando-o *dialeto caipira*. Em seu estudo, o autor afirma que o *dialeto caipira* sofreu alterações em função do meio social, mas ainda existe em determinadas regiões:

Hoje, ele (o dialeto caipira) acha-se acantoado em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso e subsiste, fora daí, na boca de pessoas idosas, indelevelmente influenciadas pela antiga educação. Entretanto, certos remanescentes do seu predomínio de outrora ainda flutuam na linguagem corrente de todo o Estado, em luta com outras tendências, criadas pelas novas condições. (AMARAL, 1920, p. 42)²

Para apresentar as distinções entre o *dialeto caipira* e o padrão, o pesquisador destaca, em seu estudo, questões relacionadas à fonética, à morfologia, à sintaxe e ao vocabulário.

Em relação à fonética, o autor afirma serem os fonemas do dialeto caipira em geral os mesmos do português, apesar de existirem algumas variantes fisiológicas características de cada povo. Segundo o autor, para essas variantes, “só a fonética experimental poderia dar uma noção precisa” (AMARAL, 1920, p. 47).

2 Ressalta-se que atualmente o falar rural, embora se encontre disperso, espalha-se pelas diversas regiões rurais do Brasil.

Sobre o aspecto lexicológico, o pesquisador aponta o caráter restrito do vocabulário do dialeto caipira, resultante da simplicidade de vida de seus falantes. Conforme Amaral (1920), o vocabulário desse dialeto é formado de:

- a) elementos oriundos do português usado pelo primitivo colonizador, muitos dos quais se arcaizaram na língua culta;
- b) termos provenientes das línguas indígenas;
- c) vocábulos importados de outras línguas, por via indireta;
- d) vocábulos formados no próprio seio do dialeto. (AMARAL, 1920, p. 55)

O vocabulário é apresentado pelo autor a partir de um glossário de brasileirismos correntes em São Paulo. Segundo o autor, tal glossário é composto “de vocábulos em uso entre os roceiros, ou caipiras, cuja linguagem, a vários respeitos, difere bastante da da gente das cidades, mesmo inculta” (AMARAL, 1920, p. 82).

Ao abordar as questões de ordem morfológica, o pesquisador enfatiza que o dialeto caipira foi bastante fértil, dada “a formação de numerosos substantivos e adjetivos, quer por composição, quer por derivação” (AMARAL, 1920, p. 68)

Para comentar a sintaxe, o estudioso ressalta que a complexidade dos fenômenos sintáticos dificulta uma sistematização e acrescenta que “só depois de acumulado muito material e depois de este bem verificado e bem apurado é que se poderão ir procurando as linhas gerais da evolução realizada, e tentando dividi-lo em classes” (AMARAL, 1920, p. 74).

Com essa abordagem, Amaral reúne um interessante material, compondo uma espécie de dicionário do léxico rural.

Rodrigues (1974) também aborda o falar rural. A autora aponta a existência do “dialeto caipira”, em 1969, na região de Tietê e Porto Feliz:

Constatou-se, guardadas as devidas cautelas impostas pelos rápidos contatos e sem escolha rigorosa de locutores, que o chamado dialeto caipira, ao contrário do

que previa Amadeu Amaral, poderia ainda existir com apreciável vitalidade. (RODRIGUES, 1974, p. 21)

A partir desta verificação, Rodrigues se ocupou da análise da fala de informantes da região de Piracicaba, por meio de critérios morfossintáticos, fonéticos e fonológicos. Como resultado de seu trabalho, conclui que seu objeto de estudo – a fala de moradores de Piracicaba – constitui-se num dialeto:

Pode-se, portanto, pensar em uma forma divergente da língua-padrão, num grupo específico, numa área geográfica restrita. Os resultados obtidos levam, assim, à conclusão de que se trata de um dialeto. No consenso dos moradores da área urbana, este dialeto é uma fala ‘caipira’ e os próprios informantes têm consciência disso quando, para fugir à conotação pejorativa que se atribui ao caipira, tentam ‘melhorar’ os seus recursos de expressão. (RODRIGUES, 1974, p. 170)

O falar rural é também estudado por Veado (1982), com base na descrição e análise da língua falada por informantes não escolarizados, residentes em zonas rurais da região Sanfranciscana Januária em Minas Gerais, a fim de fornecer dados para a elaboração de materiais didáticos de leitura e escrita adequados àquela clientela. Tal estudo tem o objetivo, também, de dar subsídios para trabalhos sobre diferenças lingüísticas, contribuindo para baixar o alto índice de analfabetismo dos moradores da zona rural. Conforme aponta a pesquisadora, um dos grandes motivos do analfabetismo reside no desconhecimento da realidade lingüística (e pragmática) da clientela a ser alfabetizada, por parte dos docentes e/ou por parte, principalmente, dos responsáveis pela elaboração do material de leitura e escrita destinado à alfabetização do adulto da zona rural. (VEADO, 1982, p. 9)

Segundo a pesquisadora, o educador, diante da linguagem rural diferenciada, deve optar por formas mais simples, como por exemplo, o ‘a gente’ em vez do ‘nós’, nos casos de concordância verbal, e só posteriormente introduzir a concordância padrão.

Uma das conclusões da autora foi a verificação de que “as formas linguísticas em uso efetivo no dialeto rural são também bastante usadas no português coloquial urbano.” (VEADO, 1982, p. 97). Para Veado, algumas formas – tais como o ‘se’ indeterminado, o ‘se’ reflexivo, a passiva ‘ser-do’, o futuro do subjuntivo, o presente do subjuntivo e a relativização regida de preposição – estão se extinguindo da língua falada em geral, tanto rural como urbana, e estão se tornando cada vez mais exclusivas da língua escrita.

Outro pesquisador que toma o falar rural como objeto de estudo é Penha (1997), que trata da relação existente entre os textos regionalistas, a fala popular e os textos antigos. Segundo o autor, em seu trabalho:

está a prova de que os escritores regionalistas são em geral fiéis às formas da fala popular, e estas, por sua vez, repetem muitas que usaram os escritores antigos, especialmente os que escreveram no século XVI e XVII, fase de início e prosseguimento da colonização brasileira. (PENHA, 1997, p. 14)

Para a elaboração de seu estudo, o pesquisador comparou estudos por ele realizados anteriormente: *A Arcaicidade da Língua Popular Brasileira* (1971), *Aspectos da linguagem de São Domingos* (1972), *Vocabulário Rural-Mineiro* (1976), *A Linguagem de Mário de Andrade* (1974), *Os Lusíadas de Camões e o Português Popular do Brasil* (1977), e a *Variante Rural de Minas na Literatura Regional do Brasil* (1981), além de uma vasta bibliografia literária, de textos arcaicos e de estudos dialetológicos.

A partir desse trabalho, o autor comprova a conservação do português antigo na linguagem popular.

Com base nesses dados, pode-se reafirmar o caráter conservador deste falar, trata-se de uma forma linguística peculiar, apresentando dados muito interessantes para a pesquisa sobre a língua. Desse modo, não se pode afirmar que tal dialeto seja destoante e sem razão de ser, pois traz, em suas formas diversas, alguns traços da língua portuguesa em sua formação.

1.3. Desvios da norma

O texto escrito, como é sabido, exige a norma padrão, entretanto é comum a existência de dificuldades dos alunos na assimilação desta norma, gerando incorreções de ordem gramatical e ortográfica. Mattoso Câmara, em artigo publicado em 1957, já estudava os chamados “erros escolares”. Em seu estudo, o autor analisou textos de alunos de escolas particulares do Rio de Janeiro identificando desvios da norma padrão e apontando os fenômenos ocorridos. Os textos analisados eram resultantes de ditados e de algumas questões de ordem gramatical e o autor os analisou classificando-os em três aspectos: fonético, morfológico e sintático. Salienta-se que, entre os 20 itens apontados pelo autor, 13 são de ordem fonética, ou seja, dizem respeito à oralidade presente no texto escrito. Finalizando seu estudo, o autor reforça a ideia da influência da oralidade na escrita ao apontar que seu objetivo, ao efetuar tal estudo era “documentar certas tendências coletivas da língua coloquial no Brasil, ou mais especialmente no Rio de Janeiro” (MATTOSO CÂMARA, 1957, p. 95).

Lemle (1978) também aborda os desvios da norma em textos de alunos do MOBRAL-Rio. A autora efetuou seu estudo a partir da Sociolinguística Quantitativa, identificando regras variáveis que dependem de contextos linguísticos e sociais. Paiva (1984), sob orientação de Miriam Lemle, também analisou questões relativas à norma em sua dissertação de mestrado em que compara textos de alunos de uma escola municipal do norte do Rio de Janeiro com textos de alunos de uma escola particular da zona sul da cidade. A pesquisadora identificou “erros” resultantes da interferência da oralidade e “erros” ortográficos, concluindo que o dialeto dos alunos da escola municipal era o fator responsável pelo maior número de “erros” comparados com os da escola particular.

Outra pesquisa direcionada a tal fenômeno é a de Bortoni-Ricardo (2005), na qual aplica a técnica de análise e diagnose de erros, que, segundo a autora, “permite a identificação dos erros, bem como a elaboração de material didático destinado a atender às áreas cruciais de incidência” (2005, p. 53).

A autora aponta quatro categorias de erros, que se seguem:

1. Erros decorrentes da própria natureza arbitrária do sistema de convenções da escrita;
2. Erros decorrentes da interferência de regras fonológicas categóricas no dialeto estudado;
3. Erros decorrentes da interferência da regras fonológicas variáveis graduais;
4. Erros decorrentes da interferência de regras fonológicas variáveis descontínuas. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 54)

Como se pode constatar, apenas a primeira categoria não tem relação com a oralidade, pois diz respeito à questão ortográfica, um exemplo desta ocorrência seria a troca de letras com semelhança fonética, como em *tassa/taça*. As outras três são, como afirma a pesquisadora, “decorrentes da transposição dos hábitos da fala para a escrita” (2005, p. 54) e se distinguem entre si. A segunda categoria se caracteriza pela interferência de regras fonológicas categóricas, ou seja, seriam fenômenos sempre presentes no dialeto em questão, um exemplo dessa ocorrência seria a “neutralização das vogais anteriores /e/ e /i/ e das posteriores /o/ e /u/ em posição pós-tônica ou pretônica” (2005, p.56), como em *cantu/canto*. A terceira categoria se constitui da interferência de regras fonológicas variáveis graduais, portanto diz respeito a ocorrências que dependem de determinados fatores, pelo fato de serem variáveis, e que não são estigmatizadas, pelo fato de serem graduais; um exemplo deste fenômeno seria a monotongação de ditongos decrescentes, como em *fera/feira*. A última categoria se distingue da terceira por se tratar de fenômenos que diferenciam os falantes e os definem, estando “presentes no repertório verbal de alguns estratos e ausentes na linguagem dos demais” (2005, p.56), um exemplo desse fenômeno seria a ausência de concordância verbal, como em *nóis vai*.

A autora utiliza o termo “erros” para os desvios da norma e, em estudo realizado em 2006, justifica a utilização de tal termo. Segundo Bortoni-Ricardo (2006), a fala prevê

a variação, já a escrita não, ou seja, devem-se respeitar as variadas formas de expressão linguística na modalidade oral, entretanto “na modalidade escrita, a variação não está prevista quando uma língua já venceu os estágios históricos da sua codificação. A uniformidade de que a ortografia se reveste garante sua funcionalidade.” (2006, p. 273) Bortoni_Ricardo ainda comenta o papel do professor na tarefa de corrigir os alunos na modalidade escrita e afirma:

Considerar uma transgressão à ortografia como um erro não significa considerá-la uma deficiência do aluno que dê ensejo a críticas ou a um tratamento que o deixe humilhado. O domínio da ortografia é lento e requer muito contato com a modalidade escrita da língua. Dominar bem as regras de ortografia é um trabalho para toda a trajetória escolar e, quem sabe, para toda a vida do indivíduo.

O presente estudo não utilizará o termo “erro”, entretanto corrobora as ideias de Bortoni-Ricardo, ao afirmar que a escrita não permite a variação linguística.

2. Análise dos dados

Nesta parte, serão comparados (i) dados extraídos da monografia de Lini (2007) em que a estudiosa analisou textos de alunos da 4^a série do ensino fundamental de uma escola pública de Cambé-PR, buscando os desvios da norma e comparando-os com dados de manuscritos do século XVIII e (ii) dados extraídos da tese de Almeida Baronas (2005), em que a pesquisadora analisou a fala de informantes da zona rural buscando traços do falar rural. Tal comparação se dará com o objetivo de identificar uma possível relação entre as características do falar rural e os desvios da norma, comprovando a provável interferência da fala na escrita. A composição dos *corpora* se justifica pela proximidade temporal e local, enquanto o estudo de Lini se deu em 2007, na cidade de Cambé-PR, muito próxima a Londrina PR; o de Almeida Baronas, se deu em 2005, no distrito da cidade de Londrina, nomeado Paiquerê.

A seguir, serão apresentados os fenômenos ocorridos nos textos dos alunos da escola de ensino fundamental para posteriores comentários, a partir dos casos presentes no

falar rural. Ressalta-se que houve uma seleção dos dados, uma vez que se buscou identificar o que há em comum entre os dois *corpora*; os casos que se restringem à questão ortográfica, por exemplo, por dizer respeito às próprias convenções da escrita, não estão presentes, já que ocorrem apenas no texto escrito:

- a) neutralização das vogais *e* e *i* (LINI, 2007, p.39).
- b) neutralização das vogais *o* e *u* (LINI, 2007, p.39).
- c) monotongação de ditongos decrescentes (LINI, 2007, p.40).
- d) queda do /r/ final nas formas verbais (LINI, 2007, p.40).
- e) ditongação (LINI, 2007, p.41)

O item (a) é comprovado com a presença, no *corpus*, dos termos *presenti*, *conviti*, *consigui*, *bronsiar/ bronsiada* e o item (b) com o termo *engulia*. Trata-se da interferência do fenômeno *alçamento*, comum no falar rural. No estudo de Almeida Baronas ocorre tal fenômeno em diversos momentos de fala dos informantes, ocorridos nos seguintes termos: *nutícia* (AM), *prifiru* (AM), *ligítimu* (AM), *dipois* (CM), *impididu* (CM), *mintira* (CM), *precisa* (CM), *iscutu* (FF), *subrinha* (FF), *siguinu* (FF), *sigui* (FF), *siguru* (GM), *istudu* (HF)³(ALMEIDA BARONAS, 2005, p.102).

Nesses vocábulos, ocorre o fenômeno do alçamento, fato considerado natural no *dialeto caipira* por Amaral (1920, p. 49).

Castro (1995) estudou a harmonização vocálica – “elevação ou fechamento das pretônicas /e/ e /o/ e/i; o/u seguidas de uma tônica alta (/i/ ou /u/)” (CASTRO, 1995, p. 243) – nos dados do Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB). A autora pesquisou a ocorrência de 29 vocábulos que considerou relevantes para tal estudo e constatou que “a elevação das pretônicas /e/ e /o/, quando seguidas de tônica alta, é uma tendência bastante notável na Bahia”, reconhecendo o contexto *tônica alta* como desfavorecedor da abertura das pretônicas /e/ e /o/.

3 As letras correspondem à ordem dos informantes (A/B/C/D...) e ao sexo (M e F).

É interessante ressaltar que essa alteração ocorre em outras variedades do português brasileiro e do português europeu, independentemente de se tratar de variedade urbana ou rural.

O item (c) ocorre nos termos *hove*, *janero*, *mangedora*, *pexaria*, *quemadinho*, presentes no *corpus* de Lini (2007, p.40); este fenômeno também se faz presente no *corpus* de Almeida Baronas (2007, p.140-142) nos seguintes casos:

1. Monotongação de *ei* para *e*: *di primeru* (BF), *primera* (BF), *bera* (CM), *cumpanheru* (CM), *primeru* (CM, HF, DF), *dinheru* (DF), *infermera* (DF), *dexava* (HF), *dexô* (HF), *tercera* (FF).
2. Monotongação de *ou* para *o*: *otru* (AM, BF, GM, HF), *ota* (BF), *istragô* (CM), *pocu* (CM), *ô* (DF, EM), *otu* (DF), *otus* (DF), *ropa* (DF, HF), *sô* (DF, HF), *vô* (DF, EM), *otra* (GM, HF), *tocô* (HF), *vortô* (HF).
3. Monotongação de *ai* para *a*: *baxu* (GM)

Segundo Amaral, a redução de *ei* para *e* se dá pelo contato com a consoante seguinte ao ditongo. Conforme aponta o autor, o ditongo *ei* “reduz-se a *e* quando seguido de *r*, *x* ou *j*” (AMARAL, 1920, p. 50). Já em relação ao segundo caso de ditongos, o autor afirma que o ditongo *ou*, acentuado ou não, no dialeto caipira, contrai-se em *o*.

Embora Amaral descreva esse processo como próprio do dialeto caipira, pode-se afirmar que o fenômeno da monotongação se constitui num traço muito comum na língua falada em geral. Paiva (1998a) aborda tal tendência a partir da análise da redução de ditongos ocorrida em 44 entrevistas do *Projeto Censo de Variação Linguística no Município do Rio de Janeiro*. Para a autora, (1998a, p. 234), “a redução dos ditongos decrescentes /ey/ e /ow/ a vogais simples é mais um entre os diferentes processos de que a língua se utiliza para evitar cadeias sintáticas complexas”, não constituindo, pois, índice de variação diastrática, mas resultando de fatores estruturais. Em outro estudo, Paiva (1998b) procura analisar a relação entre a tendência de reduzir os ditongos e os fatores socioculturais. Para isto, verifica se variáveis estratificadas (escolarização, sexo, idade) e variáveis não estratificadas (mercado ocupacional,

sensibilidade lingüística, mídia e renda) influenciam a supressão da semivogal dos ditongos e conclui haver apenas uma leve e parcial influência das variáveis estratificadas *escolarização* e *idade* nos falantes adultos.

Portanto, pode-se afirmar que a redução dos ditongos já constitui um fenômeno natural na fala coloquial, não sendo uma característica estritamente relacionada ao *falar rural* nos dias atuais.

Melo (1981, p. 79), ao abordar tal processo, recusa a possibilidade de ele se dar por influência africana, conforme aponta Mendonça (1935, p. 118). Para Melo, tal fato resulta de influência latina. Paiva (1998a) segue a mesma ideia de Melo, afirmando que a tendência de evitar os ditongos é “atestada no português ao longo de toda a sua história” (1998a, p. 219), pois, no latim vulgar, já se evidenciava tal tendência.

Antes desses autores, Boléo já afirmava:

A redução dos ditongos *ei a ê e ou a ô*– *bêjo, pêxe, ôro, ‘dêxa de brincadêra’*– não é facto lingüístico próprio do Brasil: encontra-se em várias regiões de Portugal, e com bastante freqüência. Na Beira Baixa, província que conheço melhor, é êle correntíssimo. (BOLÉO, p. 1943, p. 24)

Reforçando as ideias citadas, Delgado (1951) apresenta em seu estudo casos de monotongação ocorridos em Portugal como, por exemplo, “*otro*” e “*roxinol*”.

Também Cintra (1970) aponta a possibilidade da origem europeia para tal fenômeno. O autor verificou a distribuição dos ditongos *oi* e *ei* e suas variantes em Portugal e constatou que, em determinadas regiões, se conservam os ditongos em sua forma original, noutras regiões os ditongos se alteram e há também a ocorrência da monotongação em algumas localidades.

O item (d) se apresenta no seguinte termo do *corpus* de Lini (2007, p. 40): *viaja*. Trata-se do fenômeno fonético classificado como apócope, também presente na tese de Almeida Baronas (2007, p.154) nos termos: *muié* (AM), *qualqué* (BF), *quisé* (BF), *pa í* (CM), *í* (DF)

Segundo Amaral (1920), no dialeto caipira tal ocorrência é comum. Melo (1981, p. 81) entende que tal ensurdecimento seja uma influência latina, recusando a tese de Mendonça (1935, p. 115) de que haja aí uma influência africana. A supressão de segmentos em fim de palavra é um processo que caracteriza o latim vulgar e que se manteve presente e atuante na história das línguas latinas.

Boléo (1943) afirma que, em Portugal, “a supressão do r em frases é ainda mais freqüente nos falares populares.” Com isso, a origem européia é a mais provável.

O item (e) ocorre nos seguintes termos da monografia de Lini (2007, p. 41): *pessouas*, *voceis*, *voua*. Tal processo se identifica nas seguintes expressões do *corpus* de Almeida Baronas (2007, p.142-143): *às veiz* (AM), *faiz* (AM, BF, CM, DF), *gáis* (AM), *mêis* (AM, CM, EM, GM), *luiz* (CM, FF), *nóis* (CM, DF), *trêis* (GM, HF), *veiz* (GM, HF).

Identifica-se, nesses vocábulos, o processo de ditongação das vogais seguidas de fricativas, fenômeno apontado por Amaral (1920, p. 48), ao abordar as vogais do dialeto caipira: “As tônicas, em regra geral, não sofrem alteração. O único fato a assinalar com relação a estas é que, quando seguidas de ciciantes (s ou z), no final dos vocábulos, se ditongam pela geração de um i: *rapaiz*, *mêis*, *péis*, *nóis*, *lúiz*.”

Apesar de Amaral considerar o processo de ditongação como marca do falar rural, tal traço é muito comum na fala de muitas localidades, como no Rio de Janeiro, por exemplo.

Pode-se perceber, pela análise dos dados, que há uma semelhança entre os dados selecionados do *corpus* do trabalho de Lini (2007) e os dados de Almeida Baronas (2005). A neutralização das vogais, a monotongação, a apócope e a ditongação, que são fenômenos comuns no falar rural estudado por Almeida Baronas (2005), estão presentes nos textos analisados por Lini (2007), o que pode indicar uma provável relação entre os dois *corpora*, ou seja, traços do falar rural já não se reduzem a este falar, estando também presentes no texto escrito.

Considerações finais

A modalidade escrita se diferencia da modalidade oral por diversos fatores, pode-se até afirmar que são línguas distintas, pois não é possível transpor as normas da fala para escrita nem as da escrita para a fala. Apesar disso, é comum haver transposição da oralidade no processo da escrita, principalmente quando o aluno não tem familiaridade com esta modalidade, ocorrendo incorreções de várias ordens. O presente estudo pretendeu constatar tais afirmações, procurando observar características do texto oral no escrito, mais especificamente, do falar rural no texto de alunos de escola pública. A partir da análise dos dados, constatou-se a relação entre os *corpora* em estudo, pois verificou-se que muitas características do falar rural já são presentes na fala coloquial de uma grande parcela da população e não são, necessariamente, restritas a falantes da zona rural. Além disso, constatou-se que tais traços se estendem à modalidade escrita, comprovando a influência da oralidade na escrita. Com isto, espera-se contribuir com o ensino de Língua Portuguesa, levando o professor a repensar sua prática de correção de textos, considerando os aspectos aqui levantados, a fim de que possa agir com maior segurança e eficiência na sala de aula, pois a partir do momento em que ele sabe o motivo pelo qual os alunos apresentam dificuldades na escrita, saberá como lidar com elas.

Referências

- ALMEIDA BARONAS, Joyce Elaine de. **A influência da urbanização na fala de informantes rurais**. 2005. 272p. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita, Araraquara. www.fogãoalenha.com.br
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. São Paulo: Anhembi, 1920.
- BOLÉO, Manuel de Paiva. **Brasileirismos: problemas de método**. Coimbra: Coimbra, 1943.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola e agora?: sociolingüística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. O estatuto do erro na língua oral e escrita. In: GORSKI, Edair Maria, COELHO, Izete Lehmkuhl (orgs.) **Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua.** Florianópolis: EdUFSC, 2006.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica.** São Paulo: Parábola, 2002.

CASTRO, Vandersí Sant'Anna. A harmonização vocálica na Bahia (dados do APFB). **ALFA**, São Paulo, v. 39, p.243-250, 1995.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística.** 5.ed. São Paulo: Scipione, 1992.

_____. **Diante das Letras: a escrita na alfabetização.** São Paulo: Fapesp, 1999.

CINTRA, L. F. Lindley. Os ditongos decrescentes ou e ei: um esquema de um estudo sincrônico e diacrônico. In: Simpósio De Filologia Românica, 1., 22 a 28 de agosto de 1958, Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **Anais...** Rio de Janeiro: MEC, 1970.

COSERIU, Eugenio. **Lições de linguística geral.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

DELGADO, Manuel Joaquim. **A linguagem popular do Baixo Alentejo.** s. l: s. e., 1951.

LABOV, W. **The social history of sound change on the island of Martha's Vineyard, Massachusetts.** Master's essay, Columbia University, 1962.

LEMLE, Miriam. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. **Tempo Brasileiro**, 53/54(Linguística e ensino do vernáculo): 60-94, 1978

LINI, Vanessa. **A escrita de alunos do ensino fundamental: uma visão diacrônica.** 2007. 57p. (Monografia) Especialização em Língua Portuguesa. Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

MATTOSO CÂMARA JR, J. Erros escolares como sintomas de tendências linguísticas no português do Rio de Janeiro. In: **Dispersos.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

MELO, Gladstone Chaves de. **A língua do Brasil.** 4.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

MENDONÇA, Renato. **A origem africana no português do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1935.

PAIVA, Maria da Conceição Auxiliadora. Supressão das semivogais nos ditongos decrescentes. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Padrões Sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998a. p. 217-236.

_____. Atuação das variáveis sociais na supressão das semivogais anteriores nos ditongos decrescentes. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Padrões Sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998b. p. 325-333.

_____. Variação dialetal e aprendizagem de ortografia. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Lingüística**. Rio, PUC, 1984. p.123-129.

PENHA, João Alves Pereira. **Português rural de Minas numa visão tridimensional**. Franca: UNESP, 1997.

RODRIGUES, Ada Natal. **O dialeto caipira na região de Piracicaba**. São Paulo: Ática, 1974.

VEADO, Rosa Maria Assis. **Comportamento lingüístico do dialeto rural – MG**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

Recebido em 12/11/2009

Aceito em 22/12/2009